

Bairro a bairro

Campinas, dezembro de 2025

Este jornal, feito pelos alunos da PUC-Campinas, é um produto da disciplina
Jornalismo Impresso Diário sob orientação da professora Amanda Artioli

Universitários da PUC reclamam da linha 351



Veículo da linha 351 a caminho do Campus 1 da PUC-Campinas; rota é o principal alvo das críticas (Foto: Jamilly Eloisa)

Usuários do transporte público relatam precariedade recorrente na linha 351, um dos principais meios de deslocamento dos universitários. A linha conecta a avenida Doutor Moraes Salles à avenida doutor Caio Pinto Guimarães, atravessa grande parte da cidade, e tem como destino final, a universidade PUC-Campinas, no Campus 1. Dentre os problemas listados, os universitários relatam atrasos, superlotação e principalmente, falta de veículos operando na linha.

Segundo o coordenador de Fiscalização e Operação do Transporte da Emdec, Cláudio José Fernandes, atualmente, 4 ônibus operam a linha, tendo duração média de percurso de 55 minutos, de acordo com os aplicativos de mobilidade urbana: Moovit e Cittamobi. Entretanto, para muitos estudantes, essa quantidade de ônibus acaba não sendo o suficiente. **Página 3**

Imóveis tem preço baixo no Curtume

Os imóveis na região do 'Curtume', na Vila Industrial, em Campinas, demonstraram uma queda nos valores devido aos alagamentos frequentes do córrego do Piçarrão. O que era uma área residencial tradicional, hoje é vista como uma zona de risco. **Página 8**

Dinossauros invadem Pq dos Ipês

O Parque dos Ipês, um dos pontos turísticos mais conhecidos de Santa Bárbara d'Oeste vive uma nova fase de movimentação graças à chegada da exposição *Reino dos Dinossauros*. O resultado é um fluxo crescente de visitantes. **Página 10**



Placas orientativas não coíbem com o descarte irregular do lixo (Foto: Rallyane Fadel)

Lixo se acumula no bairro do Pires

O descarte irregular de lixo no Bairro dos Pires, em Limeira, preocupa moradores há muito tempo, mas agora tem aumentado. O problema começou a se agravar com o crescimento desordenado de condomínios irregulares. **Página 5**

Mudança no Taquaral divide opiniões

Mudança para sentido único em trecho da Rua Leonardo da Vinci foi comandada pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) com uma nova sinalização e a mudança de sentido duplo para único. Opiniões estão divididas. **Página 4**

Ponto na Zeferino Vaz deixa a desejar

Não há bancos suficientes, lotação e falta de iluminação são algumas das queixas apresentadas

Diego Cyriaco Caminha

O ponto de ônibus da Rodovia Zeferino Vaz, km 113 sul, sofre com a falta de investimentos para a melhoria de sua infraestrutura. A parada é frequentada por centenas de pessoas diariamente, que utilizam do transporte público para retornar às suas casas após o dia de trabalho. A grande quantidade de lixo no local, a superlotação em horários de pico e a falta de iluminação são alguns dos problemas apresentados por usuários do ponto.

A região apresenta diversas fábricas, comércios e empresas em funcionamento (M.D.G., Equipesca, Arcor, o condomínio empresarial Praça Capital, RCervellini, Oliplas Mangueiras e EssilorLuxottica) concentrando um grande número de trabalhadores que usam o transporte público diariamente.

Um dos maiores problemas enfrentados é a superlotação do ponto em horário de fim de expediente, onde dezenas de pessoas se concentram em um espaço pequeno para esperar a chegada do ônibus. Falta de bancos para sentar e pouco espaço com cobertura são alguns dos empecilhos do local, deixando muitas pessoas descobertas em chuvas e sem conforto após uma longa jornada de trabalho. Alguns optam por apoiar o corpo ou sentar na barragem da estrada, o que é muito perigoso, pois não haverá nenhuma proteção no caso de um acidente próximo.

Ana Paula de Souza, atendente de um comércio da Praça Capital, relata seu descontentamento com a atual situação do ponto e defende algumas melhorias necessárias, como aparar a grama envolta do local, colocar luzes e ampliar coberturas. Raquel Meira, estudante de letras da Unicamp, utiliza da parada para ir ao seu estágio em Paulínia, ela destacou sua aflição, “é desagradável ficar de costas para todo esse lixo e os lagartos andando. E não vejo melhorias”. Rebeca Godoy de 20 anos, frequenta a 7 anos o ponto de parada e argumenta que em horários de pico o ponto não consegue agrupar de forma confortável todas as pessoas que lá esperam, além da cobertura do local ser pouco eficaz. Matheus de Souza, estudante de 28 anos do curso de Educação Física da PUC-Campinas expressou seu descontentamento, “têm muito lixo jogado e quando chove molha os bancos”.

De acordo com as próprias diretrizes e padrões técnicos da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes de São Paulo), ela é responsável pela acessibilidade, distância entre pontos e segurança viária das paradas, além da infraestrutura e cobertura, mas esse requisito não está sendo atendido da melhor forma, pois várias reclamações foram feitas sobre a ineficácia da cobertura, a falta de bancos e a grande quantidade de lixo no local. Ao tentar entrar em contato com a assessoria de imprensa da EMTU sobre possíveis projetos futuros sobre a parada, não obtivemos respostas.



Há muito lixo no local, superlotação em horários de pico e a falta iluminação (Foto: Diego Caminh)



Parada da Rodovia Zeferino Vaz é utilizada por pessoas estão retornando para suas casas (Foto: Diego Caminha)



Veículo da linha 351 a caminho do Campus 1 da PUC-Campinas; rota é o principal alvo das críticas de superlotação e sucateamento (Foto: Jamilly Eloisa)

Universitários reclamam da linha 351

Relatos dos passageiros indicam mau funcionamento frequente dos ônibus

Jamilly Eloisa e Patrick Goulart

Usuários do transporte público relatam precariedade recorrente na linha 351, um dos principais meios de deslocamento dos universitários. A linha conecta a avenida Doutor Moraes Salles à avenida doutor Caio Pinto Guimarães, atravessa grande parte da cidade, e tem como destino final, a universidade PUC-Campinas, no Campus 1. Dentre os problemas listados, os universitários relatam atrasos, superlotação e principalmente, falta de veículos operando na linha.

Segundo o coordenador de Fiscalização e Operação do Transporte da Emdec, Cláudio José Fernandes, atualmente, 4 ônibus operam a linha, tendo duração média de percurso de 55 minutos, de acordo com os aplicativos de mobilidade urbana: Moovit e CittaMobi. Entretanto, para muitos estudantes, essa quantidade de ônibus acaba não sendo o suficiente, já que, segundo o depoimento de alguns, nem todos os ônibus da frota chegam ao ponto.

A universitária, Gabriela Pereira, já presenciou situações em que o ônibus deixou de passar no horário previsto. A aluna, que aguardava o transporte acompanhada do namorado após o fim da aula, relatou que, naquela ocasião, o veículo sequer passou. Segundo ela, as aulas terminam às 22h35, mas os estudantes costumam pedir para serem liberados antes, já que o ônibus tem saída às 22h15, o que, na prática, acaba prejudicando a rotina acadêmica.

“Naquele dia, o professor passou uma matéria de prova e não consegui sair mais cedo, então eu e meu namorado e mais um outro amigo esperamos o ônibus das 22h45. Já havia passado das 23h, e alguns funcionários da PUC que também estavam no ponto resolveram pegar o fretado porque viram que o “51” estava muito atrasado. Então ficamos nós três no ponto naquele “breu”. Não tinha mais ninguém lá, nem segurança. Quando percebemos que ele realmente não ia passar, tentamos pedir um uber. Nenhum dos motoristas aceitou, além do preço estar

muito alto devido ao horário. No final, a mãe do nosso amigo nos buscou na faculdade. Tivemos que ir para a casa dele para meu pai conseguir me levar embora, tudo isso porque o ônibus não passou.” disse, Gabriela.

A estudante de publicidade e propaganda, Nicole Mesquita, também afirma que essa quantidade de ônibus acaba não sendo adequada. “Preciso sair correndo de casa porque sei que não vai ter ônibus logo em seguida. E sendo uma universidade privada, o ideal é que tenha uma frota de ônibus tão suficiente quanto a Unicamp. Muitas vezes em início de semestre, principalmente quando está calor, o ônibus fica superlotado. Às vezes não consigo nem passar pro lado, as pessoas precisam descer pela porta da frente, e isso acaba prejudicando muito. Sem contar que, simplesmente, já pararam de deixar o ar condicionado ligado, e acabei presenciando pessoas passarem mal pelo calor excessivo.” relatou Nicole.

Ana Carolina, aluna de Ciências Contábeis, acompanha o relato de Ni-

cole. “Em determinado dia, o ônibus chegou a quebrar no ponto da Avenida Moraes Salles. Embora eu e outros estudantes tenhamos conseguido chegar à universidade, chegamos extremamente atrasados. Quando tentamos perguntar o que havia acontecido, a motorista não quis fornecer nenhuma explicação.”

Para Fábio Júnior, também aluno da universidade, além da superlotação, o grande problema é a incerteza no horário dos ônibus da linha. “Apesar de eu pegar na PUC, que é um dos pontos iniciais, o veículo já vem lotado. Sempre é uma guerra para entrar no ônibus e conseguir um lugar para sentar. Além disso, o ônibus não tem um horário exato definido, apenas horários aproximados, podendo passar de 10 a 15 minutos antes.”

De acordo com Cláudio José Fernandes, segundo avaliação realizada pela Emdec, pesquisas apontam que há tempos, a linha 351 mantém uma demanda atual, sem a necessidade de aumento na frota da linha.

Mudança no Taquaral divide opiniões

Alteração no sentido da rua Leonardo da Vinci gera divergência entre moradores e comerciantes

Thiago Bortoletto

Semanas após mudança para sentido único em trecho da Rua Leonardo da Vinci realizada no final de outubro, moradores da região do Taquaral e do comércio local têm avaliações diferentes sobre as modificações. A reconfiguração viária foi comandada pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) com uma nova sinalização e a mudança de sentido duplo para único no trecho entre a Avenida Júlio Prestes e a Rua Roberto Simonsen, em que o fluxo segue apenas em direção ao centro.

Mario Oliveira, morador da Rua Leonardo da Vinci por volta de um ano, demonstrou insatisfação em continuar morando na região após as recentes mudanças. “Se eu soubesse que ia ter essa transformação, eu nem viria pra cá”, criticou o morador.

Segundo ele, a nova configuração impactou negativamente sua rotina. De carro, Mário tinha acesso fácil a um supermercado na Avenida Nossa Senhora de Fátima, porém, com as modificações no sentido da via de sua casa, tornou-se necessário dar a volta em três quarteirões para chegar ao mesmo destino.

Para Tania Sanchez Secco, dona de uma escola há 17 anos na região, as mudanças foram aprovadas. De acordo com ela, a alteração minimizou o impacto da movimentação de caminhões de um supermercado próximo à escola. “Os caminhões não estão parando mais na frente (da escola) toda hora para descarregar as mercadorias. Existia o barulho do caminhão funcionando, aquele motor ligado, aquela poluição sonora que vinha para dentro da unidade que atrapalhava os alunos”, aprovou Tania.

As novas demarcações de estacionamento e desembarque rápido de veículos para apenas um lado da via impactaram no movimento de um dos restaurantes da rua. Fábio Barbacena, que trabalha no local há dois anos, alertou que foi perceptível a queda do número de clientes, que optaram em ir em outros restaurantes pela facilidade em encontrar vagas de estacionamento próximas a marmitaria.

Segundo a Emdec, essa foi a primeira etapa do projeto. A reconfiguração viária da região do Taquaral prevê a implantação de um binário, um sistema com sentidos únicos e opostos de circulação envolvendo as vias paralelas da Nossa Senhora de Fátima e Leonardo da Vinci.

O projeto ainda pretende realizar a abertura do canteiro central, o redesenho viário do Balão do Bela Vista para a transposição da Avenida Júlio Prestes pela Avenida Nossa Senhora de Fátima e uma reconfiguração semaforizada. As etapas seguintes serão divulgadas de forma gradativa pela Emdec.

IMPACTO

A mudança de sentido na via cau-

sou impacto no transporte público da região. Nove linhas de ônibus tiveram alteração no trajeto, com a criação de dois novos pontos de embarque e desembarque na Rua Leonardo da Vinci, substituindo outros dois na Avenida Nossa Senhora de Fátima.

Para Sabrina Lima, usuária de transporte público no novo ponto que antecede a Rua Roberto Simonsen, afirma que a modificação impactou sua rotina apenas aos finais de semana. Com

o atraso dos ônibus de sua linha aos sábados e a baixa circulação de pedestres na nova rua, houve a preferência pela antiga localização devido a maior segurança e pontualidade no ponto da Nossa Senhora de Fátima.

Eloisa Helena, que embarca próximo à academia ao ar livre da Praça Manoel Lousada, destaca a falta de luminosidade e o perigo no novo ponto dependendo do período do dia. “Agora é horário de pico, mas se você vir

no meio dia, não vai ter um cachorro na rua e, de noite, você será assaltado com certeza”, reclamou.

A Emdec planeja dar continuidade a nova dinâmica de circulação e de atendimento do transporte público com a desativação dos dois pontos de ônibus remanescentes na Avenida Nossa Senhora de Fátima após a passagem gradual das linhas que não sofreram alteração para a Rua Leonardo da Vinci.



Placas de sinalização indicam novo sentido em rua Leonardo da Vinci do bairro Taquaral, em Campinas (Foto: Enzo Oliva)

Lixo se acumula no bairro dos Pires

Existe apenas um ponto para descarte que fica muito longe da zona rural

Rallyane Fadel

O descarte irregular de lixo no Bairro dos Pires, em Limeira, preocupa moradores há muito tempo, mas agora tem aumentado. Segundo o morador Danilo Fisher, o problema começou a se agravar com o crescimento desordenado de condomínios irregulares na região. “Esse descarte aí começou com o aumento dos condomínios irregulares que foram surgindo sem nenhum planejamento, sem nenhuma estrutura. Veio muita gente para cá e o bairro não tinha, e ainda não tem, estrutura para fazer a coleta de lixo”, relatou.

Existe um acúmulo de resíduos em áreas totalmente inadequadas. O morador descreve a diversidade de materiais jogados de forma irregular. “Todo mundo vai lá e joga o lixo, jogam de tudo, lixo doméstico, móveis usados, galhos de árvores, restos de material de construção, até animais mortos. Fica uma coisa feia mesmo”, afirmou Danilo.

De acordo com ele, além da falta de infraestrutura, há dificuldade de acesso aos pontos corretos de descarte. “A prefeitura não tem um plano certo pra fazer essa coleta de lixo nesses condomínios. Existe apenas um ponto para descarte e é muito difícil pra quem mora longe da cidade levar o lixo até lá. É um custo muito alto pra zona rural”, explicou.

O problema, segundo os moradores, é agravado pela ação de catadores. “O pessoal que recolhe recicláveis revirava tudo o lixo e jogava tudo no chão. Não colaboravam e acabava



Placas orientativas não coíbem com o descarte irregular (Foto: Rallyane Fadel)

espalhando ainda mais os resíduos”, relatou.

A moradora Vânia, que vive há anos na zona rural, explica que o problema do descarte irregular está profundamente ligado ao comportamento individual e à falta de estrutura adequada para o recebimento dos resíduos. Ela afirma que, embora campanhas de conscientização possam ajudar, “quem joga o lixo não são os moradores, moradores, mas sim pessoas que vêm passar o dia nas chácaras de recreio e deixam o lixo pelo caminho”. Vânia ressalta que os

condomínios até possuem regras, mas o controle é difícil e volta à questão do comportamento que é individual. Para que a população realmente passe a utilizar os pontos corretos, é necessário que esses locais estejam bem posicionados. “Não adianta fazer um descarte no meio do bairro, porque a pessoa não vai dar a volta e ir até um lugar longe”. Para Vânia, a criação de espaços de descarte acessíveis, aliada a um trabalho amplo de divulgação, é essencial para que os moradores e frequentadores da região adotem práticas responsáveis.

Além da sujeira acumulada às margens das estradas e terrenos, o descarte irregular já apresenta impactos ambientais relevantes. De acordo com o engenheiro ambiental da Ufscar Kleib Henrique, o principal risco é a contaminação do solo e da água. “A contaminação o superficial pode ocorrer em menos de dois meses, e a do lençol freático em cerca de seis meses, dependendo da profundidade”, afirmou. Como boa parte da população rural utiliza água de poços, o risco atinge diretamente a saúde dos moradores.

Houve tentativas de organização da área, como a instalação de placas proibindo o descarte de galhos, móveis e entulho. A medida resultou em uma pequena melhora inicial, porém não foi suficiente para resolver o problema, já que o descarte irregular continua ocorrendo de forma recorrente.

A Prefeitura de Limeira informou que a área rural conta com pontos de descarte para resíduos domésticos e que materiais volumosos devem ser encaminhados aos Ecopontos ou ao Aterro Sanitário. Existe projeto para implantação de dois novos ecopontos exclusivos para a zona rural.

Apesar de não haver registros oficiais de doenças relacionadas ao descarte inadequado, a administração municipal alerta para os riscos ambientais e sanitários, principalmente pela proliferação de insetos, animais peçonhentos e pela contaminação de recursos hídricos.

Denúncias podem ser feitas pelo canal 156 ou à Guarda Civil Municipal, pelo 153, em caso de flagrante.

Avenida de Limeira concentra polo de semijoias

Local ficou conhecido nacionalmente e impulsionou o comércio atraindo turistas



Marechal Arthur da Costa e Silva é a avenida das jóias (Foto: Vitória Ashilyn da Silva)

Vitória Ashilyn da Silva

Localizada em um dos principais acessos à cidade, a Avenida Marechal Arthur da Costa e Silva tornou-se uma porta de entrada para o mundo econômico de Limeira (SP). Ela se consolidou como um dos principais polos de semijoias do país e ficou conhecida nacionalmente pela concentração de lojas, ateliês e fábricas. O município tornou-se referência na produção nacional de joias, com a via movimentando diariamente compradores de varejo e atacado, de diversas cidades, que vêm em busca de preços competitivos, variedade e qualidade.

Responsável por cerca de 20 mil empregos, o setor de semijoias é considerado um pilar da economia limeirense. Juliana Costa, vendedora de uma das lojas da avenida, relata já ter trabalhado em 3 varejos da região, além de já ter atuado também em galvanicas e produção de peças no bruto. “Eu trabalho no ramo das joias desde os meus 16 anos aqui na cidade. Hoje, com 36, já tenho bastante experiência

e sei o quanto esse setor movimenta a economia daqui.”, afirma a vendedora. Segundo a Associação Limeirense de Joias (ALJ), a cidade responde por cerca de 70% da produção nacional de joias folheadas, dado que reforça seu título como “capital nacional da joia folheada”.

A presença de centenas de vitrines ao longo da Costa e Silva criou um ambiente comercial dinâmico. O local se tornou um corredor de negócios: varejistas, atacadistas, designers independentes, galvanoplastias, oficinas de acabamento e grandes fábricas disputam a atenção de compradores que chegam tanto em pequenos grupos quanto em excursões organizadas, vindos de outros municípios. A cada edição do Festival da Semijoia, realizada na Costa e Silva, espera-se público de 15 mil pessoas e um faturamento estimado em R\$8 milhões, segundo a Associação dos Comerciantes de Limeira.

Hotéis, restaurantes, cafeterias, farmácias e até lojas de roupas sentem diretamente esse impacto positivo. A gerente hoteleira, Thais Pucci, afirma

que o movimento aumenta significativamente nas épocas de eventos. “No festival anterior vimos o movimento aumentar. Os hóspedes falavam que estavam aqui por conta do evento”, relata. A via, especialmente nos períodos de eventos, transforma-se em um polo de consumo e serviço que atende toda a economia local.

A visibilidade nacional e internacional do polo de semijoias projeta Limeira como cidade de destaque no mapa econômico paulista e brasileiro, atraindo novos investidores e gerando oportunidades de expansão industrial e comercial. Em 2024 e 2025, representantes da ApexBrasil visitaram empresas locais durante eventos do setor para avaliar o potencial de exportação das peças produzidas em Limeira. Projetos urbanísticos, fortalecimento de eventos e iniciativas empresariais como feiras, exposições e incentivos à cadeia produtiva podem ampliar ainda mais a atração turística, o giro econômico da região e consolidar a Costa e Silva como a principal porta de entrada da economia de Limeira.



Agatha e Patty classificaram como violenta e intimidatória a forma como a polícia agiu com as mulheres da ocupação (Fotos: Davi Farinelli)

GM dispersa movimento feminino

Ocupação *Maria Lúcia Petit Vive!* fazia uma manifestação em frente à Prefeitura de Campinas

Fábio Júnior

As mulheres integrantes da **Ocupação Maria Lúcia Petit Vive!** foram alvo de uma ação policial durante uma manifestação realizada em frente à Prefeitura Municipal de Campinas. O ato público ocorreu em razão do processo de desocupação do imóvel utilizado pelo grupo, que se intensificou nas últimas semanas com a notificação judicial.

Segundo as manifestantes, agentes da Guarda Civil Municipal fizeram uso de bombas de efeito moral, cassetetes e spray de pimenta para dispersar o protesto de forma que classificaram como violenta e intimidatória. Testemunhas afirmaram que a reação da força de segurança foi imediata e não houve qualquer diálogo ou aviso prévio antes do uso dos instrumentos de contenção, criando um cenário de pânico entre as presentes, que incluíam crianças e mães.

A ocupação é organizada pelo **Movimento de Mulheres Olga Benário**, que atua na cidade de Campinas, especificamente na Vila Industrial. O espaço funciona como um abrigo destinado a mulheres em situação de violência doméstica, oferecendo, de acordo com o movimento, apoio integral nas áreas jurídica, social e psicológica.

Além do acolhimento emergencial, o local serve como ponto de referência para uma rede solidária que envolve doações, oficinas de capacitação e um espaço comunitário. As representantes da ocupação afirmaram que o imóvel havia sido prometido pela prefeitura para essa finalidade, mas que o acordo não foi cumprido, fato que motivou a realização do protesto na tentativa de reabrir as negociações com a prefeitura.

Agatha, de 18 anos, uma das integrantes da ocupação, disse que um oficial de justiça entregou um mandado

concedendo um prazo de apenas cinco dias para a desocupação do imóvel. Caso elas não desocupassem voluntariamente, haveria um despejo forçado por parte das autoridades, o que as motivou a mobilização em frente à sede do poder municipal como último recurso para visibilizar sua causa.

Patty, de 36 anos, uma das coordenadoras da organização, descreveu a ação policial como truculenta. “Foi uma abordagem completamente desproporcional. Estávamos realizando uma manifestação pacífica. Havíamos levado barracas para simbolizar a situação de desamparo e havia mães com crianças no local. Nosso único propósito era ser recebidas pelo prefeito ou representante, porém, em vez de mediação, chegou a guarda municipal com escudos, spray de pimenta e equipamentos de choque, como se fôssemos uma ameaça”.

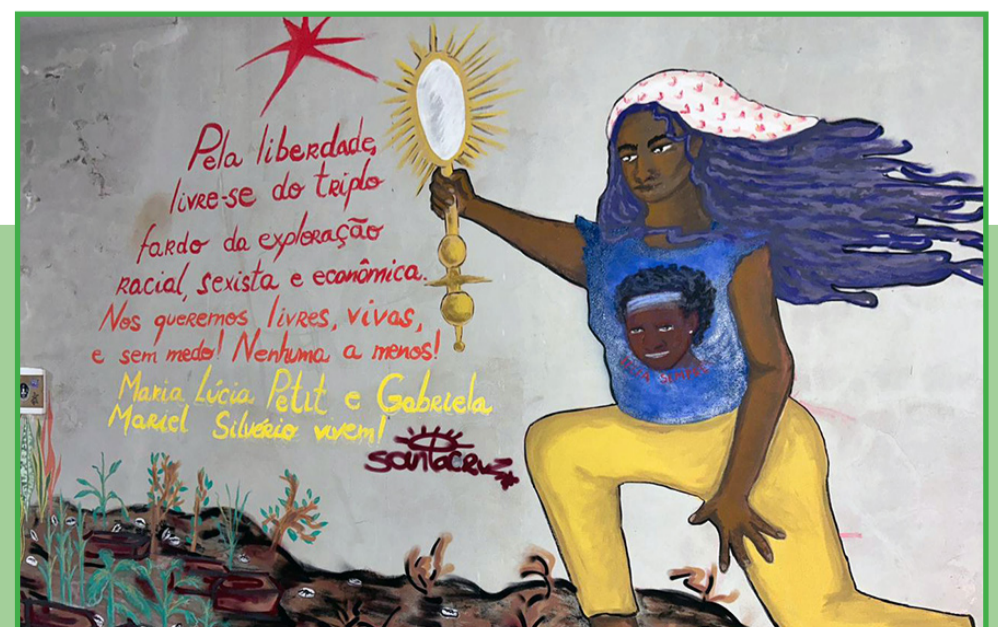
O movimento informou que realiza

regularmente eventos e ações com o objetivo de auxiliar na autonomia financeira e social das moradoras, como feiras de artesanato, curso de panificação e jardinagem. Agatha reforçou a importância da iniciativa: “É um movimento que luta literalmente pela vida das mulheres. Muitas chegam aqui após fugir de relacionamentos extremamente violentos, sem documentos, sem emprego e com a autoestima destruída. Fazemos esses atendimentos e fornecemos esses trabalhos como uma forma de remediar a omissão e a falta de ação do Estado na proteção dessas mulheres. Nosso maior medo é que, sem esse espaço, essas vidas fiquem ainda mais vulneráveis”.

A Prefeitura de Campinas foi procurada em várias frentes para se manifestar sobre o caso mas nenhuma resposta ou nota oficial foi emitida pelas secretarias.



Espaço funciona como um abrigo destinado a mulheres em situação de violência



A casa serve como ponto de referência para uma rede solidária

Construtora despeja moradores

Ações começaram em 2025 e até o momento duas famílias deixaram suas casas

Alice Ferreira

Após moradores do bairro São Sebastião 2, localizado em Hortolândia, serem despejados de suas casas, o que fica para os outros moradores que também receberam as notificações extrajudiciais é somente a incerteza de como será o amanhã. Os despejos começaram no segundo semestre de 2025 e até o momento dois moradores deixaram suas casas.

As notificações extrajudiciais foram enviadas mediante ações de reintegração de posse movidas pela JMC7 Construções. A construtora comprou cerca de 464 imóveis do bairro São Sebastião 2 em um leilão, após as construtoras Trese Construtora e BlocoPlan, inicialmente responsáveis pela construção das casas, declararem falência antes do término das obras.

Givaldo dos Santos, um dos moradores despejados, conta que chegou ao bairro com a mãe em 2004 e sabia que as casas haviam passado por problemas durante as construções. Segundo Givaldo, ele pagou um valor ao morador anterior e sabia que teria que financiar parte do valor com a Caixa Econômica

Federal, mas o banco nunca o notificou sobre o financiamento, assim como não notificou os outros moradores que hoje enfrentam o mesmo problema.

Em fevereiro, recebeu a primeira notificação extrajudicial com a proposta de entrada de 30 mil reais com parcelas de 1.200 reais, com reajustes mensais. Segundo cálculo do morador, as parcelas durariam 15 anos. “Só que nas minhas condições eu não tinha (dinheiro) para negociar”, relatou.

Por meio dos advogados responsáveis pelo caso, outros moradores que também receberam a notificação extrajudicial de despejo, tentaram recurso para estender o prazo de permanência no imóvel, mas poucos conseguiram. Sem condições de pagamento, Givaldo também tentou, por meio de advogados, estender o prazo para permanecer no imóvel. Ele diz que sua advogada anterior entrou em contato com a empresa pedindo que não houvesse despejo, mas ele continuou recebendo as notificações. Após passar o caso para outra advogada, entrou com recurso, mas o prazo havia vencido.

Givaldo foi despejado em 18 de agosto. Segundo ele, a ação contou

com a presença da polícia, funcionários da JMC7, alguns servidores da prefeitura e o oficial de justiça. Sem ter lugar para levar os móveis, o morador precisou movê-los para a casa do cunhado, ao lado da antiga residência. “Eles chegaram cedo, sete e meia (da manhã).”, contou.

Antes de deixar sua casa, uma assistente social da Prefeitura Municipal de Hortolândia foi até lá e perguntou se ele teria condições de pagar aluguel e que a Prefeitura ajudaria com um auxílio aluguel de até R\$800, valor esse que nunca chegou ao morador. “Três meses que eu saí de lá, vai para quatro meses e até agora eu não tenho a solução. Era a prefeitura que ia dar esse auxílio.” disse. Entrei em contato com a Secretaria de Habitação de Hortolândia, mas não retornaram o contato. A reportagem procurou a Secretaria de Habitação, mas não obteve respostas.

Givaldo disse que se sente impotente e sem alternativas. “A gente quer pagar a casa. Mas o valor que eles estavam querendo é um absurdo, não consegui pagar. Então eu fiquei numa situação sem saber o que fazer.”, disse o morador.

A mãe de Givaldo faleceu antes do despejo, e atualmente, ele está hospedado na casa de um casal de amigos localizado no bairro Jardim Nossa Senhora de Fátima, em Hortolândia. A advogada dele está tentando acordo com a construtora para que Givaldo possa voltar para casa, mas por conta do recesso de fim de ano, eles não esperam uma resposta tão brevemente.

Um casal que vive no bairro desde 2003, conta que chegou ao bairro pagando aluguel ao primeiro proprietário e só formalizou o contrato de compra da casa três anos depois. Segundo eles, o financiamento dos imóveis seria realizado pela Caixa Econômica, mas que os moradores não podem ser responsabilizados pelo não pagamento, já que os moradores procuraram o banco para regularizar a situação. “Na época quando a empresa faliu, muitos moradores foram atrás. Foram na Caixa e a Caixa falava ‘Não tem como fazer (documentação), tem que esperar’. Muitos foram”, relatou a moradora que prefere não ser identificada.

A JMC7 Construções foi procurada para se manifestar, mas optou por não falar sobre o que está acontecendo.



Givaldo dos Santos no bairro Jardim Nossa Senhora de Fátima onde reside provisoriamente após despejo (Foto: Alice Ferreira)

Imóveis tem preço baixo no Curtume

Enchentes frequentes do Piçarrão, na Vila Industrial, derrubam os valores das casas

Maria Eduarda Lopes e Deivid Moreira

Os imóveis e propriedades na região do 'Curtume', na Vila Industrial, em Campinas, demonstraram uma queda nos valores devido aos alagamentos frequentes do córrego do Piçarrão. O que era uma área residencial tradicional, hoje é vista como uma zona de risco. Os moradores da região, que convivem com o problema há décadas, relatam não apenas os danos materiais, mas também a impossibilidade de vender ou alugar as residências.

"Ninguém quer comprar casa aqui. A gente tenta vender, mas ninguém quer. E como vamos sair daqui se o que temos não vale mais nada?", lamenta Diogo, morador da Vila Industrial desde a infância. Segundo

ele, as enchentes se intensificaram após obras realizadas pela Prefeitura de Campinas. "Depois que fizeram a avenida e o muro lá na frente, a água começou a represar. Hoje, quando chove forte, sobe muito rápido. Tem vizinho que vê a água chegar até o peito", relata o morador.

Talita Teodoro dos Santos é moradora da Vila Industrial e assim como Diogo considera deixar o bairro, afirmando que o risco de enchentes interfere diretamente na qualidade de vida e no valor do imóvel. "A gente pensava em vender a casa agora em 2025, mas não conseguimos. Ficou para 2026. O problema é que o valor não é o que a gente precisa ou o que o imóvel realmente vale".

Ela conversou com um corretor que

confirmou a queda no preço dos imóveis da região. "Ele falou que a rua está desvalorizada por causa dos alagamentos e que depois do acidente com a Sara Gabrielly piorou, porque virou notícia nacional", comenta Talita.

Em outubro de 2024 a adolescente de 18 anos, Sarah Gabrielly faleceu, após ser arrastada pela enxurrada na região.

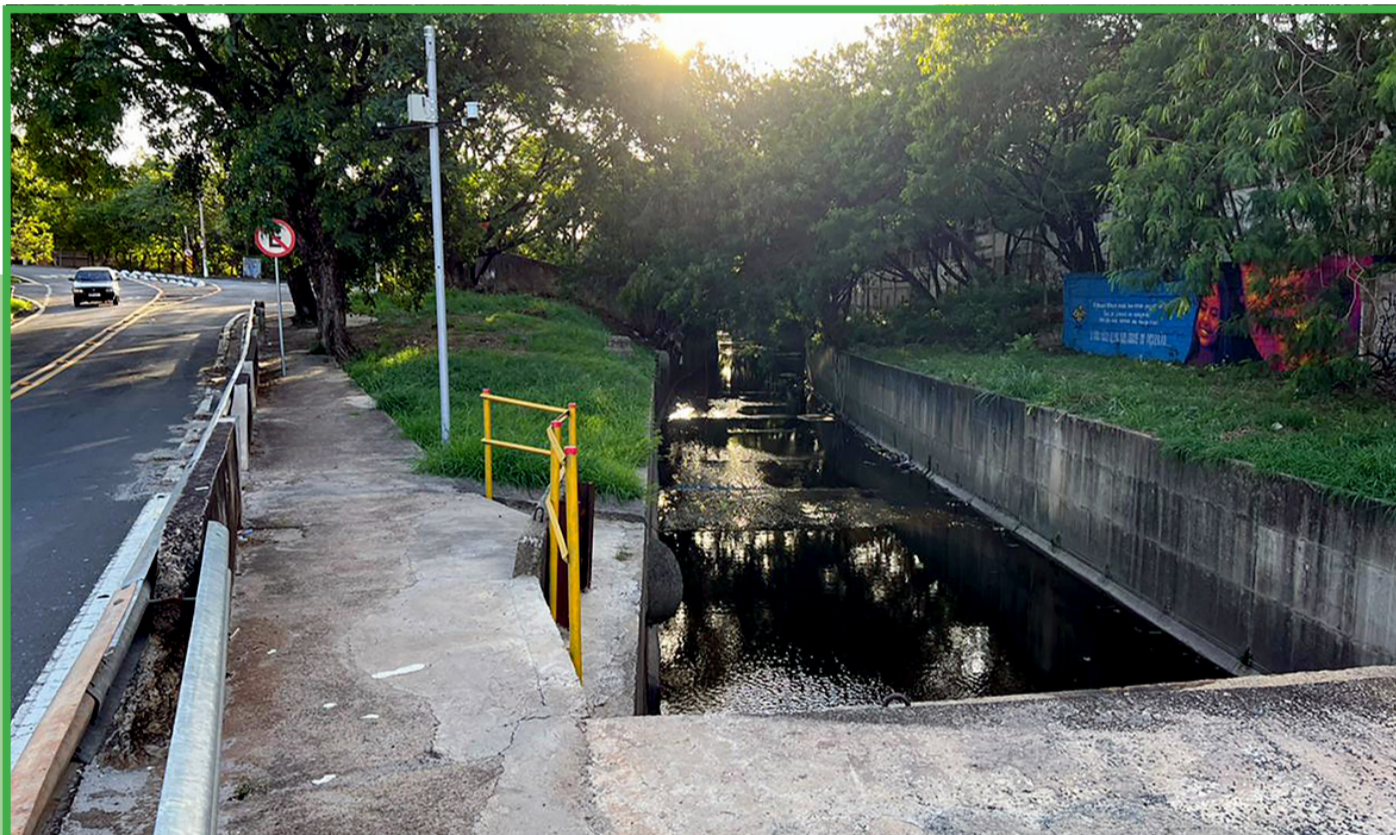
A moradora disse que outra residência na mesma rua está há mais de dois anos à venda, com redução sucessiva de preço. "No começo pediam mais de R\$ 500 mil, depois caiu para R\$ 400 mil, depois para R\$ 300 mil. Agora, estão vendendo pelo valor venal, só o valor da construção.

Diante o exposto pelos moradores, o resultado é uma queda acentuada no

valor dos imóveis, que passam a ser vistos como bens sem liquidez, ou seja, difíceis de vender ou alugar. "O mercado imobiliário se afasta dessas áreas. O imóvel perde valor, porque representa risco e gasto constante para quem compra", explicou Diogo.

A Prefeitura de Campinas e a Secretaria de Arquitetura e Urbanismo não se pronunciaram sobre o assunto.

Hoje, o cenário é de casas desvalorizadas, moradores endividados e um bairro esquecido. Enquanto a prefeitura limita-se a fechar as ruas em dias de chuva, os moradores vivem o dilema de ver seu patrimônio perder valor a cada tempestade. "Não é que pode acontecer de novo. Vai acontecer. E cada vez que acontece, o bairro vale menos", resume Diogo.



Córrego do Piçarrão que passa pelo 'Curtume' localizado na Vila Industrial (Foto: Deivid Moreira)



Talita Teodoro dos Santos (Foto: Maria Eduarda Lopes)

Clube Recreativo Grêmio Campinas vive abandono

Local foi, no passado, o principal ponto de encontro dos moradores da Vila Industrial

Manuela Rodrigues Aguiar

O abandono do Clube Recreativo Grêmio Campinas, localizado no bairro Vila Industrial, em Campinas, está preocupando moradores da região. O local já foi o principal ponto de encontro dos moradores, ao longo de seus 50 anos de funcionamento, oferecendo aulas de natação, diferentes modalidades de dança e piscinas que atraíam famílias todos os fins de semana.

Desde 2021, o lugar enfrenta uma situação de abandono que preocupa a comunidade. A estrutura do local está deteriorada e bem distante do que já foi no passado. A piscina principal permanece vazia e, em dias de chuva, acumula água parada, criando possíveis focos de mosquito da dengue. "A piscina grande precisa de uma reforma, a água dela está suja. É até perigoso, por conta do Aedes Aegypti", disse o sócio do

clube, José Lino.

Onde antes era uma quadra de areia, que aconteciam campeonatos internos de futebol aos fins de semana, trazendo pessoas de outros bairros para frequentarem os jogos, agora se tornou um estacionamento que é alugado para a faculdade que fica próxima ao local. A atual vice-presidente do Clube, Renata Contipelli fala sobre essa situação. "Quando existia o campo de futebol onde hoje é o estacionamento, o clube bombava, tinha campeonatos aos sábados à tarde e domingo de manhã, dava mais de 10 times. Depois que acabaram com o campo o clube decaiu", contou. "O estacionamento é alugado para faculdade Metrocamp que fica perto do clube, e o dinheiro que entra dessa terceirização é usado para pagar as contas do clube" disse Renata.

A moradora Roberta Rodrigues, que frequentava o clube na sua infância,

lembra como era o local. "O Grêmio Recreativo Campinas era um clube tradicional da comunidade. Os associados eram pessoas muito próximas, familiares. Quando eu era pequena, eu lembro que a minha mãe levava eu e minha irmã ao clube, ela ficava junto para a gente brincar, para a gente aproveitar a piscina. Tinha uma piscina pequenininha, a gente ficava ali. Era muito bom, tinha um parquinho, e o pessoal que brincava ali era tudo conhecido. Tudo aqui do bairro, os primos, os coleguinhas da rua, e a gente se divertia muito no clube. A matinê do carnaval era muito boa. O Grêmio lotava, era um clube muito tradicional. Vinha gente até de outros bairros para cá, porque era um clube muito legal. Tinha muitos eventos, até shows com cantores muito importantes. Então, assim, foi um clube bem bacana, que a gente aproveitou bastante."

José Lino tem saudades dos velhos

tempos. "Falar do Grêmio Recreativo Campinas é sentir saudades dos tempos áureos do clube. Hoje, infelizmente, nem passa perto do que já foi. Fui sócio desde 1979, tempo em que o clube lotava aos finais de semana, com diversas atividades, desde a prática do futebol, com os campeonatos internos, nos dois campos, o maior de areia e o menor, que era gramado, onde hoje é as quadras e o campos de futebol society. Hoje já não tem mais o mesmo brilho de outrora, mas vida que segue", lamenta

A vice-presidente do Clube, Renata Contipelli acredita que tudo irá mudar em breve e faz planos: "Vamos começar a fazer eventos para chamar mais sócios para movimentar o clube. Hoje temos as duas piscinas pequenas funcionando e já com projetos para arrumar a piscina grande, mas tudo isso gera gasto e precisamos de sócios", disse sobre futuros do clube.

Creche inacabada frustra moradores

Obra que está parada faz 8 anos previa atender 180 crianças do Parque Residencial Laguna

Ana Flávia e Sarah Brenelli

Após oito anos de atraso, a obra da creche do bairro Parque Residencial Laguna, em Salto, continua sem conclusão e segue impactando diretamente a rotina dos moradores. Iniciada em junho de 2016, a construção foi anunciada como uma solução para suprir a demanda crescente por vagas na educação infantil da região.

O projeto previa atender cerca de 180 crianças, oferecendo estrutura adequada, proximidade com as famílias e maior tranquilidade para pais que dependem do serviço para trabalhar. No entanto, a realidade está longe do esperado. Com pouco mais de 70% da obra finalizada, o prédio permanece inacabado e cercado por incertezas, já que a administração municipal ainda não apresentou uma previsão concreta de entrega.

Ao longo dos anos, as consequências da ausência da creche recaem sobre famílias que enfrentam dificuldades para conciliar trabalho, deslocamento e cuidados com os filhos pequenos. Gabriela Ribeiro, de 24 anos, está desempregada há meses e afirma que a falta da unidade a impede de voltar ao mercado de trabalho. “Não tenho com quem deixar meu filho de um ano e meio. Se a creche estivesse funcionando, eu já teria voltado a trabalhar”, contou. A jovem explica que já perdeu oportunidades de emprego porque dependia de amigos e parentes para cuidar da criança, o que se tornou inviável.

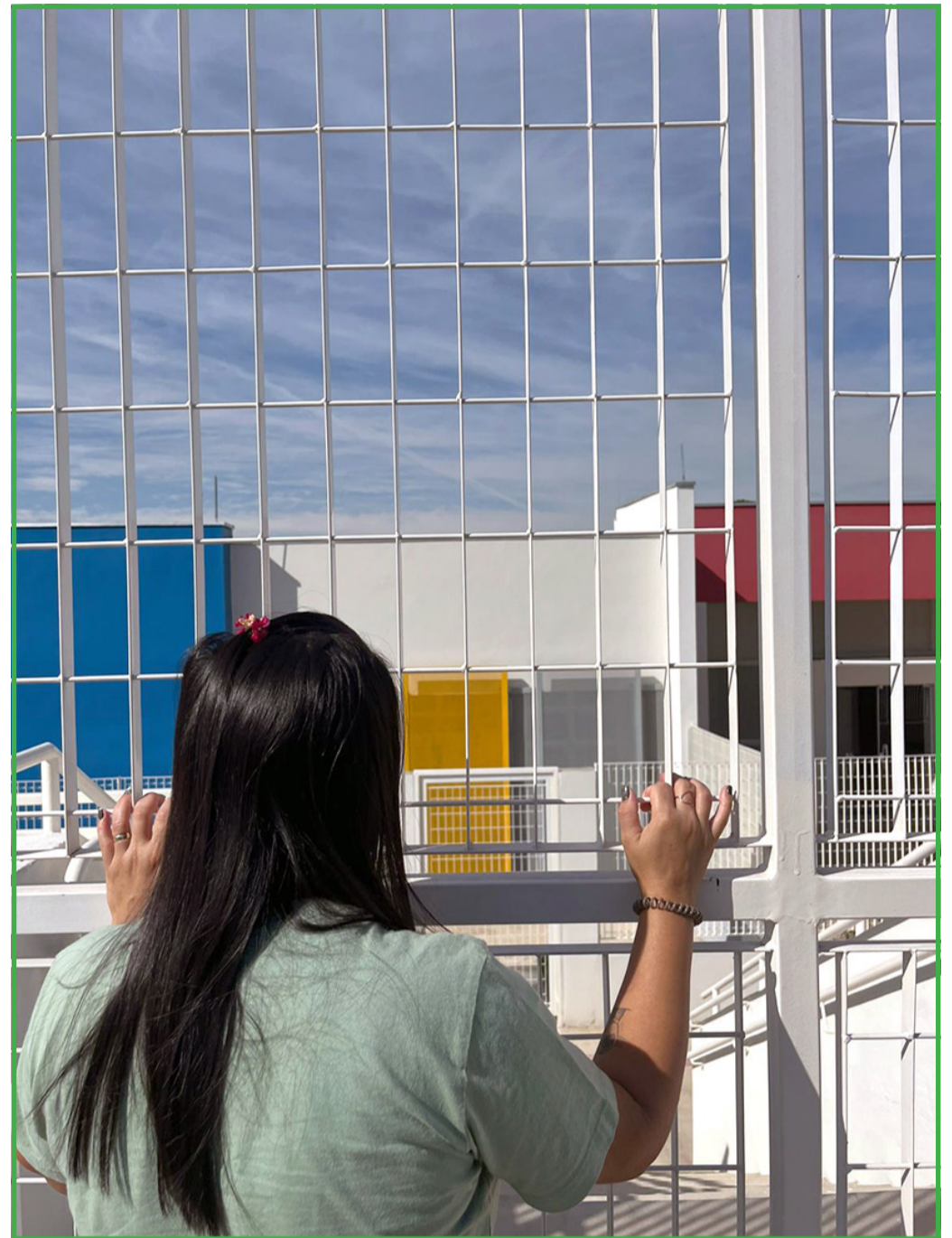
A situação também atinge mo-

radores que conseguiram vagas em outras unidades do município, mas que enfrentam longos deslocamentos diariamente. Fabiana Soares, de 38 anos, trabalha há cinco anos na mesma empresa e precisa levar o filho de dois anos e três meses para uma creche em outro bairro. “Pego dois ônibus todos os dias. Gasto mais e ainda chego atrasada no serviço às vezes. Se tivesse creche aqui, minha rotina seria muito mais fácil”, disse. Para ela, além do desgaste físico, o custo mensal do transporte também compromete o orçamento familiar.

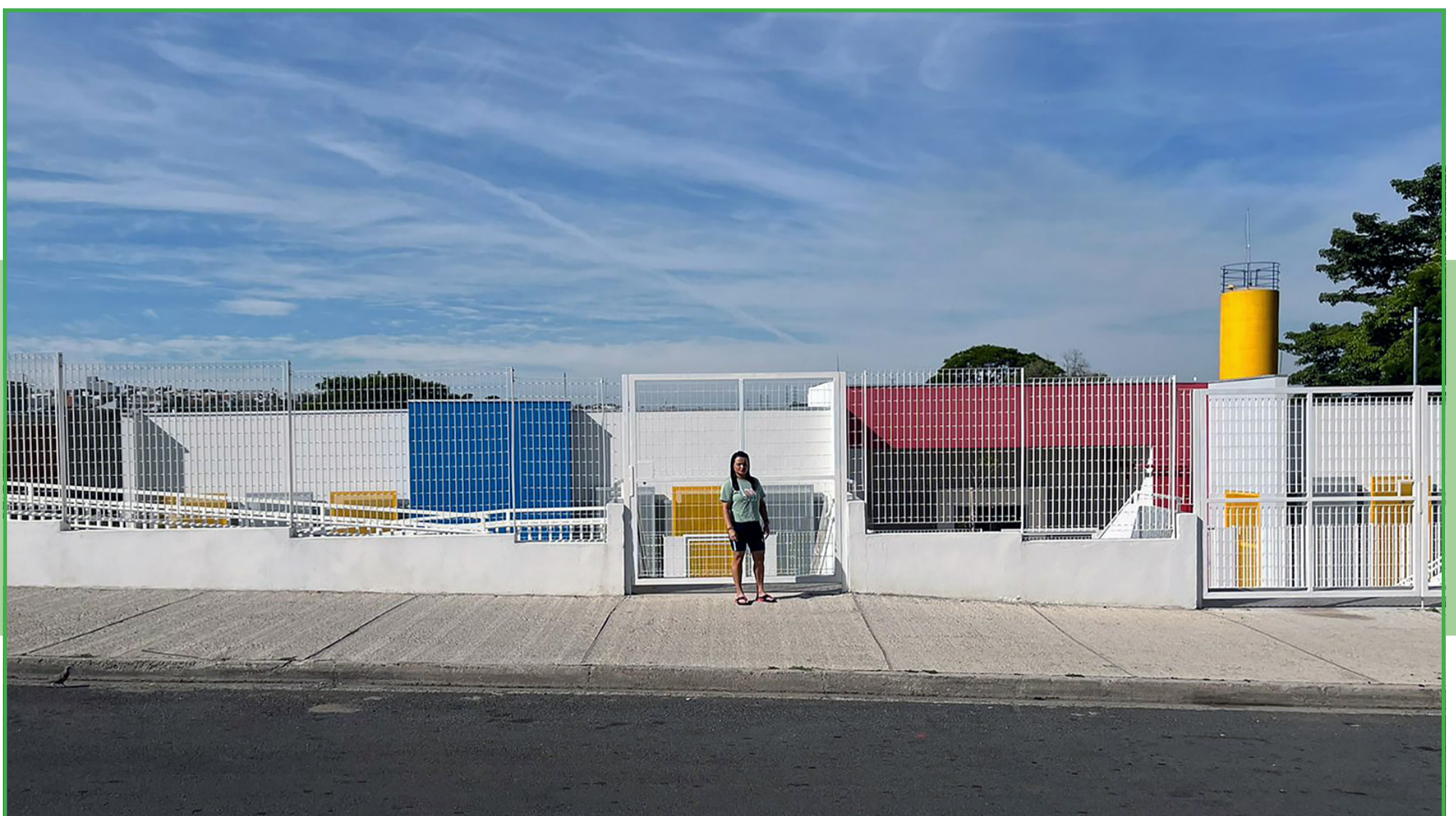
A sobrecarga nas tarefas domésticas e na criação dos filhos é sentida por quem tenta equilibrar trabalho e vida pessoal. Rogério Caldas, de 28 anos, atua em uma fábrica próxima ao bairro, mas diz que a falta da creche aumenta a pressão dentro de casa. “Seria uma grande ajuda. Minha esposa cuida do nosso filho de um ano e oito meses praticamente sozinha enquanto eu trabalho. Estamos sempre no limite”.

Moradores afirmaram que a obra ficou parada por longos períodos e que o mato alto, a estrutura exposta e o abandono geram sensação de insegurança na região, especialmente à noite. Eles cobram transparência sobre o andamento do projeto e questionam a ausência de informações oficiais sobre prazos.

Em nota, a Prefeitura de Salto afirmou que está realizando um novo levantamento orçamentário para a retomada das obras e que busca recursos adicionais para garantir a continuidade da construção.



Gabriela Ribeiro não tem com quem deixar seu filho (Foto: Ana Flávia)



Moradores cobram transparência sobre o andamento obra da creche do bairro Parque Residencial Laguna, em Salto (Foto: Ana Flávia)

Dinossauros invadem Parque dos Ipês

Além de impulsionar o turismo, a exposição tem impactado diretamente o comércio do entorno

João Zarate e Hillary Lopes

O Parque dos Ipês, um dos pontos turísticos mais conhecidos de Santa Bárbara d'Oeste vive uma nova fase de movimentação graças à chegada da exposição *Reino dos Dinossauros*. A mostra, instalada nos últimos meses, transformou parte da paisagem do parque com réplicas de espécies pré-históricas, efeitos sonoros e cenários temáticos que remetem à era dos gigantes. O resultado é um fluxo crescente de visitantes, especialmente famílias com crianças, que encontram no espaço uma combinação de lazer ao ar livre e entretenimento educativo.

A proposta da exposição é unir diversão e conhecimento. Ao percorrer a área temática, os visitantes se deparam com dinossauros que, através de placas informativas e recursos interativos, curiosidades sobre seus hábitos, alimentação e período geológico em que viveram. A ambientação foi projetada para despertar a atenção das crianças, mas também para oferecer conteúdo acessível a estudantes e adultos interessados em paleontologia. Esse formato atrativo tem feito do *Reino dos Dinossauros* principal ponto infantil da cidade, com filas constantes nos fins de semana.

Um casal que costuma visitar o parque relatou que o ambiente tranquilo, arborizado e bem cuidado “É um espaço amplo, agradável e perfeito para fazer piqueniques. Sempre que podemos, escolhemos o parque para passar um tempo juntos”, comentam Ingrid e Lucas.

De acordo com um funcionário que atua na manutenção do parque, a prefeitura tem intensificado os investimentos no local, garantindo que a área permaneça limpa, organizada e segura para todos os visitantes.

Ambulantes, lanchonetes e pequenas lojas instaladas nos arredores do parque relatam aumento significativo no movimento desde a inauguração da atração. Para a prefeitura, a iniciativa reforça o papel do Parque dos Ipês como espaço de convivência comunitária e potencializa a vocação turística do município. Eventos extras, como oficinas, apresentações culturais e visitas guiadas, também vêm sendo programados para complementar a experiência dos visitantes. Um dos exemplos de atração é a feira de livros que ocorre aos finais de semana, idealizado e executado por um residente da cidade que promove essa interação através de uma feira de livros móveis, conhecido como Raul Livros.

O cenário reforça uma tendência já percebida nos últimos anos: a busca crescente por atrações ao ar livre que une lazer e aprendizado, especialmente para o público infantil. Para muitas famílias, a exposição oferece uma alternativa acessível de diversão, sem necessidade de des-



Entrada da exposição Reino dos Dinossauros em Santa Bárbara d'Oeste (Fotos: Hillary Lopes)



Ingrid e Lucas no Parque do Ipês



Lago do Parque dos Ipês

locamento para outras cidades da região. O parque, que já era reconhecido por suas áreas verdes, playgrounds e caminhos para caminhada, agora se consolida como um destino ainda mais completo.

Com a boa recepção do público,

a expectativa é que o *Reino dos Dinossauros* permaneça por período prolongado no município, abrindo espaço para novas ações culturais e educativas dentro do próprio parque.

Enquanto isso, Santa Bárbara d'Oeste segue se desenvolvendo e

ganhando protagonismo na região e o Parque dos Ipês se ampliou obtendo relevância no roteiro de lazer da cidade. O local funciona de segunda a sexta-feira, das 6h às 19h45, e segue como opções de atividades culturais e esportivas.